

Falta esgoto para metade da população

RENATA MARIZ
DO CORREIO BRAZILIENSE

Brasília - Mais da metade dos brasileiros, 53% da população, não tem acesso a esgoto tratado. Nem todo mundo, porém, sente o problema da mesma maneira. São as crianças, com idade entre 1 e 6 anos, as maiores vítimas, segundo estudo divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A pesquisa, intitulada *Trata Brasil: sa-*

neamento e saúde, mostra ainda que abortos espontâneos ocorrem com mais frequência entre gestantes que não contam com serviços de esgoto.

"O problema penaliza grupos da sociedade estratégicos para o desenvolvimento do país, que são as mulheres e as crianças", diz Marcelo Neri, autor da pesquisa. O levantamento, encomendado pela recém-criada organização não-governamental Trata Brasil, cruzou dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, da Pes-

quisa Nacional Por Amostra de Domicílios e dos censos demográficos dos últimos 17 anos para chegar aos resultados. Um esquema matemático mostrou que as chances de um menino de 1 a 6 anos morrer, em função da falta de esgoto, é 24% maior que os riscos dos bebês com menos de 12 meses.

Para Neri, o dado tem uma explicação simples, baseada no cotidiano das crianças. "Os maiores são exatamente os que andam pelas redonde-

zas da casa, ficam mais expostos. Enquanto isso, os pequenos permanecem mais protegidos próximos da família", afirma o professor. Entre as mães que não contam com acesso a esgoto, diz Neri, o índice de probabilidade de um aborto espontâneo é 24% maior, em relação às gestantes com saneamento básico.

Se o Brasil mantiver o ritmo de investimento dos últimos 14 anos na área, a universalização do sistema de esgoto tratado só se dará em 2.122,

segundo o pesquisa. Na previsão mais otimista do governo, que anunciou investimentos de R\$ 19 bilhões por ano em saneamento, até 2010, o acesso irrestrito será possível daqui a 20 anos. O prazo está longe da meta do milênio, recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), de o Brasil levar saneamento a 85% da população até 2015.

"Essa meta da ONU é complicada. Mesmo que investíssemos R\$ 12 bilhões por ano, não conseguiríamos

atingi-la", afirma Raul Pinho, diretor executivo do Instituto Trata Brasil. Ele destaca que, embora o governo tenha alocado recursos pesados na área, as obras nem saíram do papel. "Estamos no final do ano e não houve avanço algum", observa Pinho. Ele não aponta o governo como responsável, mas sim a falta de organização do setor. "É uma área desestruturada, que precisa aprender a lidar com a elaboração de projetos, licenças ambientais, licitações."